

# Casa Eliane de Grammont, 25 anos: uma referência para mulheres em situação de violência

**(Fernanda Matsuda, especial para a Agência Patrícia Galvão)** Não é sempre que o riso tem lugar na Casa Eliane de Grammont, mas o dia 9 de março de 2015 foi exceção à rotina marcada por histórias de mulheres que vivenciam a violência. O primeiro serviço municipal de atendimento integral às mulheres em situação de violência do País comemorou 25 anos de existência, período em que resistiu a mudanças no cenário político e outras dificuldades.

A longevidade do serviço mostra sua pertinência: ainda que com uma equipe pequena, reduzida atualmente a duas profissionais, o centro de referência recebe 100 mulheres todo mês, à procura de acolhimento e orientação. A parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo possibilita ainda a orientação jurídica às mulheres em situação de violência.

A metodologia inovadora de trabalho - que aborda o ciclo de violência e fortalece a autonomia das mulheres na tomada de decisões, na posição de sujeito de direitos - é um dos legados desse serviço e é referência para outros países, como Canadá, Ilhas Virgens e Angola.

O atendimento processual pela equipe multiprofissional privilegia a escuta qualificada, com foco em cada caso, e acompanha a resolutividade. O trabalho se dá de forma coordenada com a rede de atendimento no município, com encaminhamentos para outros serviços e o recebimento de pessoas encaminhadas pelos serviços. A Casa ainda promove grupos preventivos e de reflexão, o "cine pipoca" (exibição de filme seguida de debate), o teatro e se vale de outros expedientes alternativos para discutir a violência de gênero e sua superação.

Embora a maior porcentagem de atendimentos seja referente à violência doméstica, mulheres que passaram por violência institucional, sexual e assédio moral também procuram a Casa. Em todos os casos, procura-se orientar a mulher em situação de violência para que se construa a melhor solução. "Nem todos os casos se resolvem na Secretaria de Segurança", afirma Branca Paperetti, que atua há 19 anos na Casa. Para ela, é necessário garantir a autonomia da mulher "para além do concreto", com atenção para todas as dimensões da vida que são afetadas pela violência, inclusive a psíquica. O fortalecimento das mulheres atendidas é condição para que os casos tenham andamento adequado no sistema de justiça e, especialmente, para que todas possam desfrutar de uma vida livre de violência.

**Fernanda Emy Matsuda** é advogada, socióloga e pesquisadora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.